



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 1

ACÓRDÃO Nº 028/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- **Processo TCE nº 2009/2011 – 5 VOLUMES.**

2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.

3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Tabatinga.

4- **Exercício:** 2010.

5- **Responsável:** Senhor Saul Nunes Bemerguy, Prefeito e Ordenador de Despesas, à época.

6- **Unidade Técnica:** Informação Conclusiva nº. 566/2014-DICAMI, às fls. 986/991.

7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº. 2359/2014-MP-EFC, às fls. 992/997, da Procuradora de Contas Evelyn Freire de Carvalho.

8- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Tabatinga. Exercício de 2010.

Preliminar. Concessão de prazo para defesa. Dispensa de notificação pessoal.

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, proferido em sessão, no sentido de, preliminarmente:

9.1 - conceder o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação do decisório no Diário Oficial Eletrônico, ao Senhor **Saul Nunes Bemerguy**, Prefeito do Município de Tabatinga e Ordenador de Despesas, à época, para, querendo, apresentar justificativas como razão de defesa (artigo 5º, inciso LV, da CF/1988 c/c o artigo 81 do Regimento Interno), referente às restrições **não sanadas** constantes na **Informação Conclusiva nº. 566/2014-DICAMI/CI**, às fls. 986/991; e no **Parecer Ministerial nº. 2359/2014-DIMP-MP-EFC**, às fls. 992/997, cujas cópias deverão ser remetidas ao responsável.

9.2 – Dispensar a notificação pessoal uma vez que os advogados da parte encontravam-se na sessão e tomaram conhecimento do teor deste decisório.

10- Ata: 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 14 de janeiro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Raimundo José Michiles, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSU É CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral